



Índice

- 01** [Índigena diz que diz que homem enterrado como indigente pode ser seu filho](#)
- 02** [Apresentações abrem Semana Cultural Indígena](#)
- 03** [Escola indígenas organizam programação especial para o dia do índio](#)
- 04** [Gerente Anderson Meireles discute saúde indígena com lideranças e Sesai](#)
- 05** [Força Nacional permanece em terra indígena no Maranhão](#)
- 06** [Epidemia misteriosa está a matar tribo indígena](#)
- 07** [Senac fará evento em prol de tribo indígena de Pernambuco](#)
- 08** [Mais uma vez, reunião entre Vale e índios sobre indenização por uso das terras é adiada](#)
- 09** [Centro de Trabalho Indigenista divulga relatório sobre violências contra os índios Guarani do oeste do Paraná](#)
- 10** [Informativo da Aty Guasu: Pistoleiros da fazenda Cacheira-Iguatemi-MS atacam a comunidade Guarani Kaiowa do Pyelito kue](#)
- 11** ["Diálogos Socioambientais" discute REDD+ e Povos Indígenas](#)
- 12** [Pesca na Baía de Guanabara cai 62%](#)
- 13** [Licenciamento ambiental nas comunidades quilombolas é tema de seminário da Fundação Palmares](#)



-
- 14 [Exposição reúne objetos produzidos por indígenas em Guarapuava](#)
 - 15 [Justiça condena Dnit e Fatma a pagar R\\$ 100 mil a índios de Palhoça](#)
 - 16 [Busca por cidade Inca perdida ameaça povos indígenas da Amazônia peruana](#)
 - 17 [Técnicos em enfermagem do Dsei-Y denunciam 23 demissões, em RR](#)
 - 18 [Desapropriação para reservas indígenas no RS será debatida na sexta](#)
 - 19 [Famílias de desaparecidos em queda de avião no PA pedem apoio na busca](#)
 - 20 [PSDC lança indígena ao Governo do Estado](#)
 - 21 [Estudantes e Orquestra Museofônica apresentam palestra musical na Bahia](#)
 - 22 [Ministério Público exige das autoridades medidas que coíbam as agressões aos rios](#)
 - 23 [Mineroduto no norte de Minas é crime ambiental](#)
 - 24 [Informe nº 1084: Grupo Bandeirantes é processado por incitar ódio contra povo Tupinambá](#)
 - 25 [Quatro etnias indígenas participarão da 10ª edição dos Jogos Indígenas Pataxó](#)
 - 26 [Jornalista é condenado por postagens racistas a indígenas na internet](#)
 - 27 [Adolescente indígena morre após ser atropelada na BR-463](#)
 - 28 [Exposição Temporária na Casa do Artesão celebra o Dia do Índio](#)
 - 29 [O Genocídio Indígena e o Golpe da Indignação Seletiva](#)
 - 30 [MPF pede suspensão de reintegração de posse em terra indígena](#)



Indígena diz que diz que homem enterrado como indigente pode ser seu filho
SÍTIO CAPITAL NEWS, 09.04.2014

A indígena Miguela Rossati Benitez, 52, foi ao 1º Distrito Policial de Dourados, na manhã desta terça-feira (8), por acreditar que o homem enterrado nessa segunda-feira (7), como indigente, pode ser seu filho, Jorge de Oliveira, 27.

Segundo o site Dourados News, a mulher disse à polícia que o homem encontrado morto no último sábado (5), em uma mata próxima ao Bairro Estrela Porã, no município, usava roupas parecidas com as de seu filho, que saiu de casa no dia 31, para procurar emprego.

Migulea relatou que o filho usava uma camisa amarela igual a da vítima e que costuma ir na região, onde o corpo foi encontrado, para visitar um acampamento indígena, na região.

Os policiais colheram impressões digitais e material para realizar o exame de DNA para que a vítima seja identificada.

Fonte: Aline Machado - Capital News (www.capitalnews.com.br)



Apresentações abrem Semana Cultural Indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.04.2014

Comemorações prosseguem até final de abril, com a Caminhada na Natureza, no Circuito Avá Guarani, encerrando as homenagens

As comemorações do Dia do Índio, celebrado em 19 de abril, começaram mais cedo este ano na região da Bacia do Paraná. Nessa terça-feira (8), mais de 200 pessoas, entre indígenas, autoridades, professores e alunos de várias escolas municipais e estaduais participaram da abertura da 13ª Semana Cultural Indígena do Tekoha Ocoy, no Colégio Estadual Teko Nemoingo, localizado na aldeia Ocoy, em São Miguel do Iguaçu (PR).

O evento de abertura contou com apresentações culturais de dança e músicas indígenas. As alunas do colégio fizeram a Dança das Guerreiras e o Coral Tekoha Ocoy apresentou duas canções. Entre os convidados estavam o diretor de Coordenação da Itaipu Binacional, Nelton Friedrich; o cacique Daniel Lopes; o prefeito Clovison Dutra; e representantes da câmara de vereadores de São Miguel e das secretarias estadual e municipal de educação, entre outras autoridades.

Em 2013, a Semana atraiu mais de cinco mil pessoas. A meta para este ano é chegar a seis mil. O cacique Daniel agradeceu o apoio. "O trabalho que fazemos aqui é planejado anualmente e todos participam, alunos e professores. Cada um fez a sua parte, e o resultado é o que vemos aqui", disse.

E havia muito para ver. Os alunos que visitaram a aldeia assistiram a danças indígenas, puderam conhecer um pouco da história e da cultura do povo guarani, seus hábitos, crenças e o artesanato. A criançada não resistiu: quase todos saíam com um arco e flecha ou penas coloridas nos cabelos.

"Num dia como esse, é maravilhoso estarmos juntos com todos que construíram essa semana e abraçarmos os Avá Guarani. As crianças que estão aqui precisam compreender que temos que valorizar e captar toda a sabedoria das comunidades indígenas", disse Nelton Friedrich.

Compromisso

Logo após a abertura do evento, Friedrich e Dutra firmaram um termo de compromisso que prevê a construção de uma nova casa de reza para a comunidade do Ocoy, de um portal na entrada da aldeia e a instalação de cerca e pintura do Centro de Nutrição e Artesanato.

Programação

A Semana Cultural Indígena no Tekoha Ocoy continua até sexta-feira (11). No sábado (12),
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

haverá uma comemoração especial, com almoço para a comunidade. No dia 14, às 10h, será aberta a 8ª Semana Cultural Indígena do Tekoha Añetete e Tekoha Itamarã. A festa será no Tekoha Itamarã, em Diamante D'Oeste.

As comemorações prosseguem até o final de abril, quando uma Caminhada na Natureza, no Circuito Avá Guarani, encerrará o mês de homenagens aos povos indígenas.

Programa

As ações do programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas, que fazem parte do Programa Cultivando Água Boa, da Itaipu Binacional, incluem melhoria da infraestrutura, produção agropecuária, fortalecimento da diversidade cultural, estímulo à formação de parcerias e segurança alimentar e nutricional.

Em dez anos de execução, o programa conta com resultados expressivos, como a construção de mais de cem moradias, casas de reza e centros de artesanato, postos de saúde e escolas, cascalhamento das estradas de acesso e vias internas, e implantação de rede de esgoto e rede elétrica.

Outro aspecto importante do programa é o estímulo à preservação da cultura e do modo de ser guarani. Todo ano, próximo ao dia 19 de abril (Dia do Índio), cada comunidade celebra a Semana da Cultura Avá-Guarani, com mostras de danças, artesanato e plantas medicinais, entre outros temas.

Fonte:
Itaipu Binacional



Escolas indígenas organizam programação especial para o dia do índio

SÍTIO DIÁRIO DO SUDOESTE, 09.04.2014

Jogos indígenas e exposições que caracterizam os costumes da cultura serão algumas das atrações em comemorações a data na região

Diário do Sudoeste Dayanne do Nascimento

Na próxima semana, começam na microrregião de Pato Branco, as programações pelo dia do índio, comemorado no próximo sábado (19). As escolas indígenas dos municípios de Manguoeirinha, Chopinzinho, Palmas e Clevelândia, já definiram como a data será celebrada.

Manguoeirinha e Chopinzinho

Os colégios estaduais indígenas Kókoj TãĩÂ»Â¹ Han Já, de Manguoeirinha e Jykre Tãg da Terra Indígena de Manguoeirinha, mas localizado em Chopinzinho, este ano se uniram e vão realizar a 5ª Semana Cultural Kaingang da Terra Indígena de Manguoeirinha. A programação será por dois dias, começando na segunda-feira (14) e terminado na terça-feira (15).

Conforme a diretora da escola Kókoj TãĩÂ»Â¹ Han Já, Eliane de Fátima Sykora do Nascimento Wollmer, nos anos anteriores a programação em decorrência da data era mais longa, com mais dias de comemoração. Este ano ela comentou que serão apenas dois dias, porque as outras escolas indígenas também terão programações. Contudo, serão realizadas várias atividades, da mesma forma. Entre as atrações haverá mostras de danças tradicionais, contos e comidas típicas, artesanatos, explicação sobre as ervas medicinais, pinturas e marcas, história e língua materna da reserva. Também terá demonstração de algumas modalidades esportivas e armadilhas indígenas. Inclusive, um diferencial será que todas as atividades dessa vez não serão realizadas na sede da escola, mas sim na mata, próximo da escola. "Nós queremos fazer algo o mais tradicional e natural possível, usando a mata, como o cenário para a apresentação da cultura indígena", comentou Eliane. O horário para visita na reserva será das 9h às 16h.

Em Chopinzinho, existe a Escola Estadual Indígena Vera Tupã, a qual faz parte da comunidade indígena Guarani. Eles também estão com uma programação definida para a próxima semana. O diretor Fabrício Claudio Três explicou que as atividades serão realizadas na terça-feira (15) e na quarta-feira (16) com apresentações culturais, no dia 15 e no dia 16 jogos tradicionais indígenas. Nos dois dias a programação será realizada à tarde, com início às 13h e será aberta para visita. Inclusive, ele mencionou que uma escola do município de Saudade do Iguaçu já agendou para visitar a reserva e a escola nesses dias. Ainda fazendo parte da programação, no sábado (19), a comunidade vai promover um almoço de confraternização e receberá a visita de outras aldeias da região e do Estado de São Paulo.

Palmas e Clevelândia

CONT.



No município de Palmas, a programação será realizada pelas comunidades indígenas Kaingang e Guarani com apoio da Escola Estadual Indígena Segso. Segundo a diretora da Escola, Luiza Mara Motta dos Santos, este ano toda a programação será no meio da mata, onde tendas serão montadas para as exposições dos artesanatos, das comidas típicas, das ervas medicinais, e demais objetos que caracterizam os costumes indígenas. Também será aceso o tradicional fogo de chão e para completar a divulgação e valorização da cultura, serão realizadas apresentações de danças e cantos típicos do povo Kaingang e Guarani e os indígenas mais velhos irão fazer contação de histórias. A programação acontecerá nos dias 15 e 16 e no dia 17 começarão os jogos indígenas.

Em Clevelândia, a Escola Estadual Indígena Nitotu vai realizar uma atividade de integração entre os alunos das escolas municipais e os alunos da escola indígena. Eles vão realizar nos dias 14, 15 e 16 os jogos tradicionais indígenas. No dia 14, será realizada às 19h30 a abertura e nos outros dois, as competições, as quais serão no ginásio de esportes de Clevelândia, sempre no período da tarde, a partir das 13h30.

Entre as modalidades esportivas terá cabo de guerra, corrida com torra, futebol, caçador, arremesso de lança, peteca e jogo de búzios. Ao todo irão participar nove escolas municipais e 95 alunos da escola Nitotu.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

Gerente Anderson Meireles discute saúde indígena com lideranças e Sesai

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 09.04.2014

O gerente de saúde de Aquidauana, Anderson Meireles, recebeu na manhã da última quinta-feira, lideranças que compõem conselhos de saúde das aldeias e representantes da Sesai – Secretaria Especial de Saúde Indígena pólo de Aquidauana, para discutir ações ligadas a saúde indígena no município.

Pela Sesai participaram a farmacêutica Juliana Assad Pires, enfermeira Liane Kanashiro e a técnica em enfermagem Josiane Samuel. Pelas aldeias, Pedro Luiz Gomes – vice presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena; Levi Trindade – Aldeia Lagoinha, Edson Floriano – Secretário do Conselho de Saúde Indígena; Laucidio Marques – Cacique Aldeia Lagoinha e Edvaldo Feliz – Conselho de Saúde Indígena.

Dentre as reivindicações, o gerente de saúde, prontamente atendeu aumentando o número de vagas no laboratório municipal, auxílio no transporte para Campo Grande e a instalação de internet.

Na ocasião, o gerente Anderson Meireles, fez uma explanação do atendimento que a o município realiza à comunidade indígena, no que diz respeito a exames, medicamentos, entre outros.

Também firmou compromisso em disponibilizar apoio durante a campanha de vacinação. “O prefeito José Henrique tem nos orientado a prestar atendimento, dentro das nossas possibilidades, à comunidade indígena. Essas reuniões servem também para que as lideranças tenham conhecimento da realidade administrativa”, explicou o gerente.

Fonte: AGECOM / GESAU



Força Nacional permanece em terra indígena no Maranhão

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.04.2014

Militares ajudam nas ações de polícia ostensiva e na integridade física das pessoas e do patrimônio na Terra Indígena Awá-Guajá

O Ministério da Justiça prorrogou a estada da Força Nacional de Segurança na região de Santa Inês, Terra Indígena Awá-Guajá, no Estado do Maranhão.

Com a portaria, publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (9), a Força Nacional permanece no local até o dia 30 de abril de 2014 para atuar em apoio aos órgãos federais nas ações de polícia ostensiva e na integridade física das pessoas e do patrimônio.

Os militares já estão no local desde o dia 10 de janeiro e o prazo pode ser prorrogado novamente caso seja necessário.

A Operação Awá, de desintrusão de não índios da reserva indígena, irá retirar cerca de 30 famílias de não índios do povoado de Vitória da Conquista, fechar ramais de estradas e colocar placas para indicar os limites da terra indígena.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dará nova oportunidade às famílias que foram notificadas, mas que não se cadastraram, para inclusão no Programa de Reforma Agrária. Servidores farão o cadastramento, conforme acertado durante reunião no dia 1º de abril com o juiz federal José Carlos do Vale Madeira, em São Luís. O Incra já disponibilizou as áreas de Coroatá e Parnarama para assentar as 225 famílias que se cadastraram para serem beneficiárias da reforma agrária.

As primeiras famílias que vivem na terra indígena, que compreende os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru, começaram a ser retiradas do local no dia 24 de fevereiro, quando terminou o prazo dado pela Justiça Federal para que os não índios deixassem a reserva voluntariamente. O governo cumpre decisão da Justiça Federal no Maranhão, emitida no último dia 16 de dezembro pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.

Fonte:

Portal Brasil, com informações da Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação



Epidemia misteriosa está a matar tribo indígena

SÍTIO FÁTIMA MISSIONÁRIA, 09.04.2014

Uma epidemia misteriosa está a provocar a morte aos elementos de uma tribo indígena do Paraguai, alerta a Survival International. Apesar dos sintomas serem semelhantes aos da tuberculose, os exames médicos dão negativo para esta doença

Os membros de uma tribo indígena do Paraguai estão a morrer devido a uma misteriosa epidemia. Os médicos locais indicam que os testes realizados aos elementos da tribo Ayoreo-Totobiegosode deram negativo para a tuberculose, apesar de apresentarem sintomas idênticos aos da doença.

O alerta foi dado pela Survival International, uma organização mundial de apoio aos povos indígenas, que tem como objetivo ajudar as comunidades a defenderem as suas vidas, a protegerem as terras e a decidirem o seu próprio futuro.

A doença, que ameaça extinguir a tribo, é também um precedente mortal para os parentes deste povo, que ainda habita no interior da Amazónia e continua sem contacto com a restante civilização. Segundo a Survival International, a tribo Ayoreo está a ser forçada a deixar a floresta, uma vez que os agricultores e criadores de gado incendeiam e limpam os terrenos.

Desde que os membros da tribo foram forçados a abandonar o interior da floresta, todos têm sofrido de várias doenças respiratórias, uma vez que nunca tiveram contacto com o homem branco e não possuem imunidade a doenças externas, às quais a maior parte da população está imune, adianta a organização não governamental.



Senac fará evento em prol de tribo indígena de Pernambuco

SÍTIO MERCADO EVENTOS, 09.04.2014

No dia 10 de abril, o Centro Universitário Senac – Santo Amaro fará um evento solidário para celebrar o Dia do Índio e colaborar com a comunidade indígena localizada no interior do Estado de Pernambuco. Trata-se do Fulni-ô – O Povo da Beira do Rio, organizado por alunos do curso de Tecnologia em Eventos da instituição. Aberto ao público e gratuito, o evento será polo de arrecadação financeira para os membros do Fulni-ô.

Ao longo do dia, representantes da tribo apresentarão ao público suas danças típicas e o artesanato que produzem. O valor obtido com a venda das peças será revertido para a melhoria da condição de vida desse povoado que reúne aproximadamente 7 mil índios e tem sofrido com a estiagem na Região Nordeste do país. "Trata-se de uma oportunidade para alunos e visitantes conhecerem outro tipo de cultura, de vida, de brasileiro. Os índios contarão suas histórias do dia a dia, de família, amizade, amor", afirmou Sandra Maia, coordenadora do curso de Tecnologia em Eventos do Centro Universitário Senac.

Lia Bianchini



Mais uma vez, reunião entre Vale e índios sobre indenização por uso das terras é adiada

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 09.04.2014

Procurador da República que acompanha o caso foi convocado para audiência fora do Estado e encontro foi transferido para sexta

Any Cometti

A reunião que havia sido marcada entre as aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, localizadas em Aracruz (norte do Estado), e os representantes da Vale para discutir indenização em função do uso das terras indígenas pela ferrovia da mineradora, foi transferida para a próxima sexta-feira (11). Depois de sucessivos adiamentos, o encontro estava marcado para esta quarta-feira (9), mas foi transferida porque o procurador da República responsável pelo caso, Almir Sanches, foi convocado para participar de uma audiência fora do Estado. Os índios concordaram com a nova data.

Essa reunião foi marcada porque os índios, diante da proposta de R\$ 2 milhões da Vale, insistem no valor de R\$ 19 milhões, acordado inicialmente em uma reunião entre a comunidade indígena, a Vale, o Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Diante disso, os representantes da empresa alegaram que precisavam se reunir com a gerência da mineradora para avaliar a questão e disseram que essas reuniões acontecem somente às segundas-feiras.

Conforme comunicou o cacique Antônio Luiz, de Comboios, os índios por enquanto não retomarão os protestos e vão aguardar a resposta da empresa antes de ajuizar no Ministério Público Federal (MPF) uma ação civil pública (ACP) que obriga a Vale a indenizá-los no valor de R\$ 19 milhões. A ação já está pronta.

O valor da indenização foi estabelecido em R\$ 19 milhões para manutenção do projeto Plantar, com foco no plantio indígena da mandioca, um importante meio de subsistência e de manutenção da cultura da comunidade. A mineradora primeiro concordou, depois ofereceu R\$ 400 mil e, por último, R\$ 2 milhões.

O valor também deve ser uma forma de compensação da Vale pelo uso das terras indígenas como caminho de sua estrada de ferro há mais de 30 anos. A diferença entre o valor estabelecido para o desenvolvimento do projeto e as contrapropostas da mineradora fizeram com que os caciques das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, principais atingidas pela linha férrea, aliados a demais lideranças indígenas, recusassem as indenizações nesses valores.

Há duas semanas, os índios estão mobilizados para que a mineradora pague o valor da indenização referente ao uso das terras demarcadas em Aracruz para a passagem de sua estrada de ferro. Os protestos começaram no último dia 18.



Centro de Trabalho Indigenista divulga relatório sobre violências contra os índios Guarani do oeste do Paraná

SÍTIO CIMI, 09.04.2014

Foi divulgado hoje publicação online que contém o relatório "Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

A publicação ocorre logo após a visita oficial da Comissão Nacional da Verdade à região. A psicanalista Maria Rita Kehl, coordenadora do GT "Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas", esteve por quatro dias na região, período em que pode ouvir, in loco, os testemunhos dos índios Guarani que vivenciaram ou presenciaram diversas formas de violências, atos de tortura e assassinatos impetrados contra seu povo. (Ver matéria sobre a visita publicada na Rede Brasil Atual).

Sua visita marca um momento importante, dando início a um processo de reparação e de reconhecimento da memória e do sofrimento Guarani que, no entanto, só será plenamente concluído quando seus direitos territoriais forem efetivados e os Guarani puderem, enfim, viver em paz em sua própria terra.

O contexto de divulgação do relatório é bastante oportuno, uma vez que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, se esforça neste momento, para aprovar uma minuta de Portaria de "Regulamentação [sic] do Decreto nº1775" que, segundo parecer das principais organizações indígenas e indigenistas do país, trata-se de uma proposta velada de paralisar todos os procedimentos de demarcação de terra, por meio de subterfúgios formais. Segundo a proposta do Ministério da Justiça, cujo conteúdo foi tornado público no ano passado, passariam a participar dos estudos de identificação e delimitação de terras vários órgãos do Governo ligados aos setores da sociedade que se opõem às demarcações, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão historicamente vinculado ao agronegócio.

O relatório ora apresentado pelo CTI revela por meio da análise do estudo deste caso específico que a proposta do Governo nada mais faz do que ressuscitar o formato de demarcação instaurado durante o Regime Militar, modelo que foi justamente o responsável por consolidar o esbulho de diversos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas no país, inclusive no Oeste do Paraná. A esse respeito, é nítido como a proposta do Governo Federal ecoa a declaração do Coronel Nobre da Veiga, que esteve à frente da FUNAI (1979 -1981):

"toda vez que é eleita uma área indígena, antes de ela ser decretada, de ser oficializada, procuramos encaminhar, como temos feito, aos Governos dos Estados, aos órgãos federais e estaduais que se interessam pela terra, tais como IBDF, CEMA, INCRA, o DNER, o DNPM, todos os institutos de terra do Estado, de maneira que não passamos à eleição da área sem que esses órgãos nos digam quais serão os problemas criados por essa eleição, para evitar os conflitos que hoje existem em quase todas as 250 reservas indígenas..." (Coronel Nobre da

CONT.



Veiga, Comissão da Câmara, 17/9/1980).

O interesse atual do documento se reforça ainda pelo fato de que a gênese do processo político que culminou na apresentação da proposta de minuta de Portaria pelo MJ foi uma audiência no Senado na qual a então Ministra da Casa Civil apresentou laudo da Embrapa, que justamente tratava da presença indígena no Oeste do Paraná. Por esse meio, justificava a inclusão de diversos outros órgãos no processo de regularização fundiária supostamente "comprovando", com fotos aéreas que a ocupação guarani no oeste do Paraná seria recente. Essa posição foi reforçada por factóide veiculado também pela Rede Globo, em matéria no Jornal Nacional.

O relatório "Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)" refuta por meio de vasta análise documental as alegações preconceituosas da ex-Ministra Gleisi sobre o Oeste do Paraná, demonstrando o claro processo histórico de esbulho sofrido pelos Guarani na região, acirrado durante a Ditadura Militar.

Mais informações: comunicacao@trabalhoindigenista.org.br

Baixe aqui o Relatório!

VEJA O RESUMO DO RELATÓRIO:

Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946-1988): subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. CTI, 2013.

Violências cometidas contra os índios Guarani do oeste do Paraná se perpetuam

O relatório "Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista já está online. Ao longo de mais de cem páginas, o relatório traz uma série de depoimentos dos xamoĩ kuery (anciãos) e xaryi kuery (anciãs) que vivem ainda hoje no oeste do Paraná (municípios de Foz do Iguaçu, Diamante d'Oeste, Santa Helena, Guaíra e Terra Roxa). As tristes histórias de vida dos Guarani na região são cotejadas com uma vasta base documental, reunida em 13 anexos, que comprova com clareza a forma como eles e suas famílias foram ilegal e violentamente expulsos de seus locais tradicionais de ocupação, perdendo suas terras, matas e meios de subsistência e sendo relegados à situação de extrema penúria em que se encontram até os dias de hoje.

Abordando um período que engloba o investigado pela Comissão Nacional da Verdade (1946-1988), o relatório mostra como, desde a criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939) até a construção da usina hidroelétrica de Itaipu (1975-1982), passando pela avassaladora expansão da frente agropecuária no oeste do Paraná à partir dos anos 40, ocorreu um gradativo tensionamento da estrutura fundiária da região. O Estado brasileiro, ao patrocinar a ocupação da região por ervateiros, colonos, madeireiras e os grandes empreendimentos, promoveu a expulsão, a escravização e assassinatos dos Guarani, ao mesmo tempo que os privou dos meios legais de fazer valer seus direitos civis e territoriais. A partir desse estudo, constata-se

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

assim que o Estado brasileiro, ao instalar um sério conflito social e se furtando a resolvê-lo, relegou os índios ao esquecimento deixando-os à sua própria sorte. Com a força de seus rezadores, homens, mulheres e crianças, eles continuam a resistir.

Ao contextualizar a situação em que vivem as comunidades guarani na região, o relatório deixa claro que os mecanismos de violação dos direitos humanos, intensificados durante o governo militar, continuam vigentes ainda hoje com a não demarcação das terras e a negação do acesso aos direitos sociais mais elementares. Ao final, o relatório propõe medidas de reparação para reverter a condição de precariedade e insegurança, com o reconhecimento dos legítimos direitos das comunidades Guarani na região oeste do Paraná, que lhes foram seguidamente usurpados, de modo a restituir a sua merecida dignidade.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

Informativo da Aty Guasu: Pistoleiros da fazenda Cacheira-Iguatemi-MS atacam a comunidade Guarani Kaiowa do Pyelito kue
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.04.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Ut7f7H8M_x4

Aty Guasu

No dia 07 de abril de 2014 às 8 horas da manhã, em pleno dia, os pistoleiros/grupo de milícia armadas contratados pelos fazendeiros da fazenda Cachoeira cercaram e atacaram as crianças, mulheres, idosos Guarani e Kaiowa do acampamento Pyelito kue. Um indígena conseguiu filmar. Esses mesmos pistoleiros não barraram a equipe médica que atende a comunidade indígenas de Pyelito kue. Até o dia 09/04, passados dois dias, a polícia federal não compareceu ao local de ataque. pedimos a justiça. Essa é realidade em que sobrevive os povos indígenas Guarani Kaiowa.



"Diálogos Socioambientais" discute REDD+ e Povos Indígenas

SÍTIO PNGATI, 09.04.2014

O evento discutiu o tema "REDD+ e Povos Indígenas: Potencialidades, Vulnerabilidades e Perspectivas"

A Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) da Fundação Nacional do Índio inaugurou no dia 27 de março, o primeiro encontro, da série mensal de debates intitulada "Diálogos Socioambientais". Os encontros promovem a interação entre especialistas e convidados a fim de estimular a reflexão sobre os desafios socioambientais da atualidade e a sua relação com os povos indígenas. O tema da primeira edição foi "REDD+ e Povos Indígenas: Potencialidades, Vulnerabilidades e Perspectivas", que teve como objetivo divulgar e trocar informações para guarnecer e qualificar o trabalho dos servidores da Funai e ainda subsidiar estratégias de ampliação desta temática junto aos povos indígenas.

Para compor as discussões do evento foram convidados os seguintes especialistas na área: Fernanda Carvalho, consultora independente, e Paulo Moutinho, Diretor Executivo do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), que abordaram conceitos, histórico, evolução e salvaguardas relacionadas ao tema; Letícia Guimarães, analista ambiental da SMCQ/MMA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente) e Felipe Ferreira, do DCLIMA/MRE (Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Ministério das Relações Exteriores), que enfatizaram a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD) e as discussões sobre o tema no âmbito internacional. O evento também contou com a presença dos membros indígenas do Comitê Gestor da PNGATI, que relataram como estão enfrentando esse tema nas suas comunidades.



Pesca na Baía de Guanabara cai 62%

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.04.2014

Rogério Daflon
Do Canal Ibase

Nos anos 1930, ao visitar a Baía de Guanabara, Claude Lévi-Strauss torceu o nariz, contrariando a opinião da maioria. Ele a descreveu como uma boca banguela o Pão de Açúcar e o Corcovado como dois tocos de dentes, desagradando aos amantes da paisagem. Imagine hoje o que diria ele, um dos maiores antropólogos de todos os tempos, se soubesse que nesse belo espelho d'água uma atividade tradicional está sendo expulsa: a pesca, hoje praticada em apenas 12% dessa mítica superfície contínua de água. A disputa por espaço asfixia esta atividade que os índios já praticavam antes de os portugueses a descobrirem adentrarem a Baía, em janeiro de 1502, confundindo-a com a foz de um rio e lhe dando nome de Rio de Janeiro.

O desprezo à rica trajetória da pesca artesanal ali fica evidente nas estatísticas. O número de pescadores localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1991 era de 4774 trabalhadores, enquanto em 2010 contavam-se apenas 1771, ou seja, uma redução de cerca de 62%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior culpa no cartório nesse caso é a indústria petrolífera, mas ela não está sozinha nesse mar de ambições desmedidas. Tudo indica que a história vai piorar com processo de licenciamento do Pré-Sal da Bahia de campos e a o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), o pescador Alexandre Anderson de Souza vem denunciando não só o abuso das atividades econômicas contra a pesca artesanal, mas também os atentados que ele e sua mulher sofreram e a morte de seis pescadores na Baía de Guanabara. Alexandre conta que a reação da segurança dos empreendimentos é a pior possível em relação à presença dos pescadores na Baía de Guanabara:

- Embarcações nossas já foram recebidas a tiros. Em 2010, visitamos 28 comunidades que beiram a Baía de Guanabara de Niterói a Duque de Caxias. Em todas elas, a pesca estava acabando. E isso é devido à perda do território, principalmente para empreendimentos petrolíferos. É uma expulsão dos pescadores. Boa parte deles está abandonando a profissão ou, diante da crise da atividade, sendo sustentados por terceiros – diz Alexandre.

A geógrafa Carla Ramôa Chaves, que fez dissertação de mestrado sobre o tema na UFRJ, mapeou os empreendimentos que sufocam a atividade pesqueira. Ela explica que os 12% restantes à atividade de pesca na Baía de Guanabara levam em conta as áreas de influência direta e indireta dos empreendimentos de grandes empresas causadoras de impactos ambientais, como Petrobras, terminais e refinarias. Mas há outros usuários da Baía, como a Marinha e o Exército. Os rios poluídos e até mesmo a Ponte Rio-Niterói são outros fatores maléficos à pesca.



- Em algumas áreas próximas a dutos, não é proibido pescar. Mas, como eles interferem na temperatura da água, os peixes se afastam da região. O próprio percurso das barcas do trajeto Rio-Niterói são um empecilho à pesca. Há também as barcas que vão para Paquetá. Tem uma área de segurança ali. O assoreamento em áreas da Baía, lixões, cemitérios de navios e a presença também do Exército, tudo isso vai minando a atividade e imprensando o espaço dos pescadores, que chegaram muito, muito antes de toda essa infraestrutura à Baía de Guanabara – diz Carla, ressaltando que mais de 46% do espelho d'água são tomados pela atividade petrolífera.

Em meio a esse clima opressor, há dois pescadores desaparecidos e outros quatro encontrados mortos, alguns com barcos perfurados de bala. O próprio Alexandre, além de ser vítima de tentativas de assassinatos, chegou a ser sequestrado e vive sob proteção policial.

- Nós estamos lutando, ao mesmo tempo, pela continuidade da pesca e pela preservação do meio ambiente na Baía de Guanabara – diz Alexandre.

Ex-chefe da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, Breno Herrera diz que há muitos pescadores em depressão.

- Há caiçaras em profundo desgosto.

Especialista em Justiça Socioambiental, o professor Sebastião Raulino integra o Fórum dos Atingidos pela Indústria de Petróleo e Química. Para ele, a Baía de Guanabara se transformou numa espécie de planta fabril da Petrobras, na qual um dos seus representantes mais danosos é a Refinaria Duque de Caxias (Reduc).

- A Baía de Guanabara é um grande ecossistema e, no seu entorno, moram mais de 10 milhões de pessoas que precisam ter qualidade de vida. Ocorre que toda essa população está sofrendo e vai sofrer com a poluição dessas atividades. Refinarias em operação, passando pelo Comperj em construção, geram poluição no mar e no ar. Há muito armazenamento de combustível na baía, oleodutos, gasodutos, navios com cargas perigosas, embarcações que soltam tintas tóxicas...

O pior de tudo é ouvir do poder público do Rio que a Baía de Guanabara vai estar despoluída para os Jogos Olímpicos de 2016. A ambição das empresas e dos governos que dão força a um modelo de desenvolvimento destrutivo deixam aquela beleza que tanta estranheza causou ao antropólogo franco-belga extremamente comprometida. Diante desse caos, os pescadores sofrem, tentam sobreviver e manter uma tradição que remete a um mar com água cristalina e mais espaço para pesca. Tristes trópicos.



Licenciamento ambiental nas comunidades quilombolas é tema de seminário da Fundação Palmares

SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 09.04.2014

A Fundação Cultural Palmares – MinC realizará no dia 12 de maio o Seminário Comunidades Quilombolas no Processo de Licenciamento Ambiental. A proposta é debater a proteção dos territórios quanto aos impactos socioambientais consequentes de grandes empreendimentos. O encontro será direcionado a 200 pessoas entre quilombolas, técnicos e gestores ambientais, empreendedores, procuradores e defensores públicos.

Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP-MinC, afirma que o encontro auxiliará na compreensão de quando e como as comunidades quilombolas deverão ser consultadas no processo de licenciamento ambiental. “As famílias precisam compreender como funciona o processo, prever as consequências e saber onde recorrer caso sejam impactadas. Já os empreendedores devem ter consciência para atuar na legalidade e evitar danos além do necessário”, explica.

Reis ressalta ainda que é essencial a participação das comunidades nos estudos, na construção de medidas de controle e na mitigação de impactos e alerta para os casos de especulações prováveis a partir dos empreendimentos, por exemplo, a imobiliária. No entendimento da FCP-MinC, os quilombolas precisam ser consultados a partir do estudo preliminar, de viabilidade, do empreendimento.

De acordo com Reis, é necessário planejamento e a realização de estudos específicos em obras que venham a impactar esses territórios. “Os quilombolas não estão sozinhos. É a FCP-MinC o órgão responsável por proteger os direitos socioculturais e econômicos dessa população e está cumprindo o seu papel”, recordou.

Resultados – A previsão é que três metas sejam alcançadas a partir do seminário. A primeira será a publicação da Instrução Normativa da FCP-MinC definindo os parâmetros para os procedimentos de consulta e licenciamento. A segunda prevê a criação de uma rede de articulação e proteção das comunidades afetadas pelos empreendimentos. A terceira visa, no âmbito do Governo Federal, o fortalecimento de ações e políticas públicas para as comunidades envolvidas nos processos de licenciamento ambiental.

Já a perspectiva é de que o seminário garanta também o fortalecimento operacional e técnico da Fundação para se manifestar de forma mais célere nos processos junto aos demais órgãos envolvidos.

As inscrições para participar do Seminário já estão abertas e seguem até 20/04/2014. Os interessados devem preencher o formulário de inscrição e enviá-lo para o e-mail: seminario.licenca@palmares.gov.br.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

Serviço e Programação

O quê: Seminário Comunidades Quilombolas no Processo de Licenciamento Ambiental

Data: 12 de maio de 2014

Horário: Das 8h às 19h

Local: Auditório da Fundação Cultural Palmares, SGAN 601, Ed. ATP, Brasília/DF.

Painéis (Em breve programação completa):

Painel 1: Política Nacional do Meio Ambiente e a Proteção das Comunidades Quilombolas.

Painel 2: Componente Quilombola no Processo de Licenciamento Ambiental.

Painel 3: Acesso e repartição de benefícios referentes ao patrimônio genético e Consulta Pública às Comunidades Impactadas.

Painel 4: Interferência do Setor de Mineração em Território Quilombola.



Exposição reúne objetos produzidos por indígenas em Guarapuava

SÍTIO G1, 09.04.2014

*Mostra segue até o dia 17 abril e tem o objetivo de celebrar o Dia do Índio.
Escolas que visitarem a exposição terão aula sobre a tribo caingangue.*

Para lembrar o Dia do Índio, comemorado no dia 19 de abril, O Museu Municipal de Guarapuava, na região central do Paraná, recebe uma exposição que retrata a cultura indígena da região. A exposição reúne arcos e flechas, chocalhos, cocares, peneiras, entre outros objetos que foram produzidos por tribos indígenas da região. A mostra, que segue até o dia 17 de abril, tem entrada gratuita.

Conforme os responsáveis pela exposição, as escolas que visitarem a mostra terão uma aula expositiva sobre a história da tribo caingangue, uma das principais que ocupava a região de Guarapuava no período da colonização portuguesa e da catequização dos indígenas. "Nós temos por objetivo fazer um reasgate histórico das tribos que viviam nos campos de Guarapuava, mostrando para os nossos visitantes e para a comunidade escolar um pouco da cultura, da arte e da história deste povo que durante muitos anos foi dono exclusivo destas terras", disse a coordenadora do museu, Patrícia Danguy.

A coleta dos materiais da mostra foi feita com o auxílio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco).

Os agendamentos de visitas em grupo devem ser feitos pelo telefone (42) 3626-2426. O museu fica na Rua Visconde de Guarapuava, 288, ao lado da Praça 9 de Dezembro, no Centro. As visitas podem ser feitas de terça a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h às 17h30.



Justiça condena Dnit e Fatma a pagar R\$ 100 mil a índios de Palhoça
SÍTIO G1, 09.04.2014

*Objetivo da ação é cessar danos à vegetação nativa do Morro dos Cavalos.
Decisão é de 1º grau e cabe recurso ao Tribunal Federal da 4ª Região.*

A Justiça Federal de Florianópolis condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) a pagar R\$ 100 mil de danos morais aos índios da Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis. A informação foi divulgada nesta terça (8) pelo Ministério Público Federal (MPF).

Pela ação civil pública, feita pelo MPF em 2009, houve ingresso desautorizado, desmatamento e retirada de material mineral de área que compõe a terra indígena do Morro dos Cavalos. O processo foi movido contra um consórcio que trabalha na duplicação da BR-101, o DNIT e a Fatma.

Em duas audiências conciliatórias realizadas no ano passado, o consórcio se responsabilizou a executar medidas de erradicação de espécies vegetais invasoras. O objetivo é não comprometer a regeneração da área. No acordo, uma das empresas integrantes da associação comprovou que está realizando a recuperação e o consórcio não foi punido.

Porém, o juiz federal Marcelo Krás Borges condenou o Dnit e a Fatma ao pagamento de indenização por danos morais pelas "ofensas sofridas pela população indígena", conforme pedido pelo MPF. Segundo a entidade, os índios tiveram os direitos violados pelas atividades exercidas no território deles sem o conhecimento dos mesmos e sem observar a legislação.

A Terra Indígena Morro dos Cavalos é reconhecida legalmente como bem da União de posse e usufruto exclusivos e permanentes da comunidade indígena guarani.

Recurso

A Fatma informou que vai recorrer da decisão da Justiça Federal. Em nota, a entidade argumentou que, quando expediu a licença para a duplicação, não havia sido demarcada área indígena no local. Isso foi reconhecido pelo juiz federal na sentença.

O Dnit informou que só vai se manifestar após receber a sentença oficialmente.

Obras

Começaram em 12 de março deste ano as obras da quarta faixa no trecho da BR-101 na região do Morro dos Cavalos. O trecho equivale aos kms 232 a 235, em uma área que é considerada uma das mais perigosas da rodovia. A medida é opção temporária enquanto não ficam prontos os túneis que serão feitos na região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

O projeto do túnel duplo prevê extensão aproximada de 1.360 metros, viaduto duplo com 280 metros de comprimento e 13,75 metros de largura, mais obras de contenção da encosta. O custo estimado é de R\$ 650 milhões, com prazo de execução de aproximadamente três anos.



Busca por cidade Inca perdida ameaça povos indígenas da Amazônia peruana
SÍTIO O GLOBO, 09.04.2014

Expedição de pesquisador francês pode levar doenças da civilização para tribos isoladas no Santuário Nacional de Megantoni

CUSCO - Marcada para julho deste ano, a expedição do francês Thierry Jamin para encontrar uma cidade Inca perdida no meio da Amazônia peruana pode colocar tribos indígenas isoladas em risco. O temor é que as tribos sejam expostas a doenças da civilização para as quais elas não possuem anticorpos e muito menos medicação.

Jamin é conhecido por sua pesquisa sobre a civilização Inca na Amazônia peruana e a busca pela cidade perdida de "Paititi", que poderia estar em algum lugar dentro de uma área de 215 mil hectares protegida pelo Santuário Nacional de Megantoni, no sudeste de Cusco, antiga capital do Império Inca.

- As descobertas magníficas realizadas por meu grupo nos vales de Lacco, Chanchamayo e Cucirini, no norte de Cusco, nos conduziram a uma zona precisa situada no Santuário Nacional de Megantoni - disse Jamin ao "Guardian". - Vários nativos da floresta (os Machiguengas, que habitam justamente a parte da Amazônia peruana ao sudeste de Cusco) afirmam que existem "ruínas monumentais" no topo de uma estranha montanha quadrada. Acho que estamos muito perto de oficializar a existência deste grande sítio arqueológico.

De acordo com o site oficial de Jamin, a expedição terá duração de um mês e meio, entre junho e agosto, e será guiada pelos Machiguengas, que irão abrir trilhas e preparar o terreno em mais de um terço do percurso.

A lenda de "Paititi"

No leste dos Andes, ao sudeste do Peru, norte da Bolívia e sudoeste do Brasil, existiria um reino encantado, para onde o herói Inca Inkarrí teria fugido para se refugiar depois de ter criado Cusco. A história teria sido passada dos indígenas aos conquistadores espanhóis com relatos de que ali habitaria um povo sem pescoço e cujos rostos ficariam situados no centro do peito. Seus templos e palácios seriam repletos de ouro puro e seu chefe, o "Príncipe Dourado" ou "Eldorado", teria uma aparência resplandescente, coberto com ouro e valiosas joias.

O fato de os tesouros do Império Inca nunca terem sido encontrados após a invasão espanhola aumentaram o mistério em torno da lendária cidade, e fizeram de "Paititi" o "maior enigma arqueológico da América do Sul", segundo Jamin. Desde o século XVI, dezenas de arqueólogos e pesquisadores tentam encontrar a cidade.

Apesar da grandeza arqueológica que envolve a possível descoberta, alguns especialistas questionam a expedição, já que ela poderia colocar em risco os Kugapakoris. Uma das

CONT.



principais razões para a criação do Santuário Nacional de Megantoni, há dez anos, foi exatamente a proteção desses índios, que tiveram pouco ou nenhum contato com a civilização e são extremamente vulneráveis a doenças infecciosas.

O santuário é dividido por zonas. Em algumas delas são permitidas atividades de pesquisa, mas a maior parte é formada pela Zona de Proteção Integral, e as investigações científicas só seriam permitidas em "circunstâncias excepcionais".

Jamin afirmou ao "Guardian" que quer manter em segredo o caminho de sua expedição e que não iria divulgar as zonas de estudo e nem os locais exatos que suas pesquisas anteriores apontam como possível localização de "Paititi". Ele disse ainda que, ao contrário do que afirmara, iria viajar pelo rio Ticumpinia, e não pelo Timpia.

Lelis Rivera, da ONG Cedia (Centro de Desenvolvimento do Indígena Amazônico), que ajudou na criação do santuário, alertou que a presença de pessoas de fora "poderia ser perigoso para as pessoas que vivem lá", e que entrar na Zona de Proteção Integral é "completamente proibido" pela lei peruana.

- As pessoas que vivem atualmente na região superior do Timpia ou no Ticumpinia são extremamente vulneráveis à transmissão de vírus - é a natureza de viver em isolamento social e imunológico - disse Christine Beier, antropólogo considerado um dos maiores especialistas do mundo no povo Nanti, que vive em isolamento voluntário perto de Lima. Ele é um dos colaboradores da Cabeceras Aid Project, uma ONG que leva ajuda médica para comunidades isoladas e que vivem problemas de contaminação pelo contato com a civilização

Jamin diz que já pediu autorização para o Ministério da Cultura e também irá contatar o Ministério do Meio Ambiente do Peru, que supervisiona a gestão das áreas protegidas do santuário. No entanto, o Ministério da Cultura afirma que não recebeu qualquer pedido de Jamin ou outro membro de sua equipe.



Técnicos em enfermagem do Dsei-Y denunciam 23 demissões, em RR
SÍTIO G1, 09.04.2014

*Demissões são arbitrárias, dizem técnicos do Distrito Sanitário Yanomami.
Assessoria diz que incompatibilidade de horários é causa das demissões.*

Érico Veríssimo Do G1 RR

Técnicos em enfermagem do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y) em Roraima denunciam que estão sendo demitidos pela Coordenação por possuírem outro vínculo empregatício. De acordo com um deles, seis funcionários terceirizados foram dispensados na semana passada e o número de demissões pode chegar a 23 ainda nesta semana. A assessoria do Ministério da Saúde informou que aqueles que não têm disponibilidade de horário para a assistência em terras indígenas devem ser demitidos.

Um servidor, que não quis se identificar, afirmou ao G1 que a justificativa dada pela Coordenação do Dsei-Y é improcedente e os funcionários estariam sofrendo perseguição.

"Eles alegam que extrapolamos a carga horária, o que causaria incompatibilidade. Na verdade, isso não existe. A maioria das pessoas tem algum vínculo empregatício durante o dia, e isso não atrapalha as atividades no Distrito. Há uma escolha nessas demissões. As pessoas que estão em sede não estão sendo demitidas, mesmo tendo outro trabalho. Então, há uma disparidade nessa situação. Se é para demitir quem tem outro emprego, então que se demitam todos", considerou.

Os servidores afirmam que trabalham sob péssimas condições nas áreas indígenas. "A nossa forma de trabalho dentro da Casai (Casa de Saúde Indígena) está sendo praticamente escrava. Trabalhamos sem material, sem recursos humanos e, algumas vezes, até sem água. Fazemos das 'tripas coração'. Várias coisas que o Dsei não se prontifica a arrumar, nós providenciamos", afirmam.

Eles acrescentam que muitas vezes os indígenas reclamam com os servidores e se dizem maltratados porque não há material básico para atendê-los. "Eles acham que nós não queremos trabalhar ou entendem algumas situações como maus-tratos, mas o que afeta o funcionamento é a falta de material e subsídios que deveriam ser de responsabilidade do Distrito", destacou um dos funcionários.

Os que estão na lista de demissão afirmam estar tentando com o sindicato que a Coordenação do Dsei reveja as demissões dos técnicos em enfermagem. Os denunciantes dizem que um enfermeiro, durante o plantão noturno, toma conta de 114 pacientes, o que eles consideram 'inadmissível'.

CONT.



Afirmam ainda que todas as semanas relatam no livro de ocorrências e enviam documentos para a Coordenação informando sobre a situação precária, principalmente na Casai, e que 'tiram dinheiro do próprio bolso' para comprar fraldas e medicamentos para os indígenas.

De acordo com um funcionário, há na Casai 214 servidores, sendo 87 deles da União que, inclusive, possuiriam mais de um vínculo empregatício, mas não 'correriam risco de ser demitidos'.

"A nova coordenadora [Maria de Jesus do Nascimento] montou uma equipe apenas com amigos dela, incluindo o namorado. São pessoas que estão metendo os pés pelas mãos e determinando quem deve ser demitido. Mas, nesse grupo, também há pessoas que têm outros vínculos", assegurou.

Avaliação técnica

Em nota, a assessoria do Ministério da Saúde informou que as vagas para os técnicos na Casai de Roraima são preferencialmente ocupadas por servidores efetivos e as remanescentes por técnicos contratados por meio da conveniada (terceirizada), de acordo com o número de pacientes atendidos e segundo as normas do Conselho Federal de Enfermagem (CFM).

A assessoria afirma que os funcionários contratados por meio da conveniada ao Dsei-Yanomami não são servidores efetivos e é comum que no encerramento de um convênio, como ocorreu em dezembro de 2013, uma comissão colegiada técnica, composta por membros da Divisão de Atenção à Saúde Indígena do Dsei-Yanomami, responsáveis técnicos pela Casai e assessores indígenas, realize uma avaliação técnica dos funcionários contratados, como também uma realocação em terras indígenas com o objetivo de melhorar a assistência na região.

De acordo com a nota, muitos funcionários contratados por meio da conveniada têm mais de um vínculo empregatício, com incompatibilidade de carga horária, o que os 'impossibilita de cumprir regularmente o cronograma/escala de trabalho em terras indígenas, onde devem permanecer por 30 dias consecutivos'. Como na Casai não há disponibilidade de vagas para todos os servidores da conveniada, os que não têm disponibilidade de horário para a assistência em terras indígenas devem ser dispensados.

A assessoria informa que, após a exoneração da ex-coordenadora do Dsei em dezembro do ano passado, a equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde permaneceu por várias semanas no Dsei-Yanomami para apoiar na instauração e encaminhamento de processos referentes à aquisição de material médico-hospitalar, odontológico e medicamentos.

A nota termina comunicando que, no mesmo período, a equipe da Sesai auxiliou os funcionários da Casai de Roraima a instaurar um processo seletivo para contratação de funcionários.

Coordenação Dsei-Y

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

Por e-mail, a coordenadora distrital de Saúde Indígena Yanomami, Maria de Jesus do Nascimento, destacou que foram identificados alguns funcionários que estavam acumulando cargos remunerados e seus horários estavam incompatíveis com o expediente do Dsei-Y.

Disse ainda que eles eram terceirizados pela Missão Evangélica Caiuá, conveniada ao governo federal por intermédio do Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e, embora trabalhando como terceirizados para o Distrito, alguns deles foram aprovados nos últimos concursos públicos estaduais e municipais para desempenho das mesmas funções, também remuneradas, o que é vedado pelo artigo 37 da Constituição.

Maria de Jesus ressaltou ainda que o Dsei mantém equipe de engenharia e artífices para sanar eventuais problemas nas instalações dos polos-base nas comunidades indígenas e na Casa de Saúde Indígena e, até o momento, não foi notificado acerca de problemas relacionados à falta de água na Casai.

A coordenadora encerra o e-mail informando que 'desconhece qualquer relação para dispensa de funcionários que não se enquadre nas condicionantes citadas e a atual Coordenação tem atuado para sanar as demandas relacionadas à necessidade de material e insumos necessários à assistência da saúde indígena'.



Desapropriação para reservas indígenas no RS será debatida na sexta

SÍTIO REVISTA GLOBO RURAL, 09.04.2014

PEC 215, sobre a demarcação de terras, será assunto da discussão

A questão da desapropriação de terras para formação de reservas indígenas no Rio Grande do Sul será debatida durante audiência pública da Câmara Federal, em Passo Fundo (RS), nesta sexta-feira, (11/4). Entre outros assuntos, será discutida a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere da União para o Congresso a homologação de terras indígenas.

Em comunicado, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que apoia a PEC 215, informa que existem atualmente no Estado 21 áreas indígenas, em 31 municípios, totalizando 96 mil hectares. Segundo levantamento da Farsul, a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar para 30 áreas, retirando 4.150 famílias de produtores rurais de suas localidades, aumentando em 100 mil hectares as áreas indígenas.

"Isto causa um desarranjo social e econômico nessas comunidades atingidas, porque faz com que este produtor migre do campo, causando inchaço das cidades", disse o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul, Paulo Ricardo de Souza Dias.



Famílias de desaparecidos em queda de avião no PA pedem apoio na busca
SÍTIO G1, 09.04.2014

*Amigos e familiares pediram apoio aos vereadores de Itaituba.
Grupo quer reforço de mais 100 homens do exército nas buscas por avião.*

Funcionários do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), amigos e parentes dos passageiros e do piloto do bimotor desaparecido no dia 18 de março lotaram o plenário da Câmara dos Vereadores de Itaituba nesta quarta (9). O grupo pediu apoio dos vereadores para conseguir a liberação de mais 100 homens do exército para ajudar nas buscas ao avião. A Força Aérea Brasileira (FAB) mantém as buscas na região do desaparecimento.

Andressa Silva, sobrinha de uma passageira do bimotor, lamentou as dúvidas causadas pela falta de resultado nas buscas. "Estamos com bastante medo, porque já tivemos o susto de a FAB querer sair do local, e se eles saírem como vamos encontrar? Será que vão deixar no esquecimento? Será que algum dia vamos ter alguma resposta? Não podemos parar. Temos que correr atrás de todos os recursos possíveis para encontrar essa aeronave e todos que estão dentro."

Uma comissão formada por amigos e familiares deve ir a Brasília nos próximos dias, para pressionar o Ministério da Defesa. "O que nós sentimos hoje é um sentimento de angústia, de impotência, por fazer o que está ao nosso alcance e, até o momento, não termos resultados" disse Joselice Pereira, funcionária do DSEI e amiga de alguns dos desaparecidos.

Em protesto, as ações administrativas na sede do DSEI Tapajós foram paralisadas por tempo indeterminado, mas Joselice garantiu que os serviços de atendimento básico à saúde indígena foram mantidos. "Todos os serviços dentro das aldeias continuam mantidos, os serviços das casas de saúde indígena também estão sendo mantidos, a assistência à saúde indígena está sendo preservada."

Entenda o caso

O avião bimotor Beechcraf Baron decolou do aeroporto de Itaituba com destino a Jacareacanga às 11h40 do dia 18 de março e sumiu 1h20 depois de o piloto ter feito o último contato pelo rádio. Estavam a bordo as técnicas de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa, além do motorista Ari Lima e o piloto Luiz Feltrin.

Desde então, a FAB realiza buscas na região. Voluntários, que incluem moradores de Jacareacanga, funcionários do DSI e indígenas da tribo Munduruku também fazem buscas diárias na mata. A FAB chegou a suspender as buscas pela aeronave no último dia 3, mas retomou a operação no dia seguinte com base em novas pistas.



PSDC lança indígena ao Governo do Estado

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 10.04.2014

Disposto a repetir 2006 quando Elizeu Amarilha desafiou a força política de André Puccinelli e do próprio Delcídio do Amaral numa disputa pelo Governo do Estado, o PSDC volta a entrar na briga pelo Parque dos Poderes agora em 2014 e sua principal aposta está no planejamento administrativo da Social Democracia Cristã, centralizado nas igualdades sociais pregadas pelo presidenciável José Maria Eymael.

Por isso mesmo, o partido foi buscar numa das mais expressivas lideranças indígenas de Dourados, o seu representante para enfrentar o pleito deste ano. Jornalista, advogado, graduado em Ciências Jurídicas e especialista em Direito Indigenista, Wilson Matos, de 53 anos de idade terá sua pré-candidatura lançada nesta sexta-feira (11) em Dourados.

Nascido e criado na Aldeia Jaguapiru, uma das maiores da região, Wilson Matos é tem pai Guarani e mãe Terena e quer mostrar nas eleições deste ano toda a força do índio de Mato Grosso do Sul na construção de propostas que produzam desenvolvimento sustentável ao Estado, com igualdade social.

“Além disso, entendemos que passou da hora da região da Grande Dourados deixar de ser coadjuvante para ser protagonista no cenário político de Mato Grosso do Sul”, diz o presidente regional do PSDC, Elizeu Amarilha, justificando a candidatura de um legítimo representante da região.



Estudantes e Orquestra Museofônica apresentam palestra musical na Bahia
SÍTIO G1, 10.04.2014

*O 'Som dos esquecidos' é uma homenagem em tributo ao mês do índio.
Evento gratuito ocorrerá no dia 11 de abril, no Pelourinho, em Salvador.*

Os alunos do Colégio Estadual Severino Vieira e a Orquestra Museofônica (DIMUS/IPAC) farão uma apresentação em comemoração ao mês do índio no dia 11 de abril, às 14h, na praça Pedro Archanjo, no Pelourinho, em Salvador. O evento é gratuito e contará com uma palestra musical coreográfica intitulada "Som dos Esquecidos".

O tributo aos povos indígenas do Brasil pretende propor uma reflexão sobre a contribuição dos índios para a cultura brasileira. Para isso, foram convidados os alunos e professores das escolas do Pelourinho. O evento é realizado pelo Solar Ferrão, em parceria com Centro de Culturas Populares e Identitárias e a Secretaria de Educação.

Serão apresentados na palestra alguns instrumentos e duas manifestações musicais coreográficas: a dança dos kamaiurás (habitantes do Parque Indígena do Xingu), e a dança do toré (proveniente dos índios do Nordeste brasileiro).

Nessas manifestações, os alunos dançam, cantam e tocam os maracás (chocalho indígena feito de uma cabaça seca, sem miolo, na qual se colocam pedras ou sementes). Além disso, a Orquestra irá apresentar uma reinterpretação da forma aculturada da História da Mãe do Vento – uma das manifestações musicais que os índios da Amazônia criaram a partir dos sons da floresta.

Serviço

O que: Palestra musical coreográfica "Som dos Esquecidos"

Quando: 11 de abril, às 14h

Onde: Praça Pedro Archanjo, no Pelourinho, em Salvador

Evento é gratuito

Informações: (71) 3116-6740



Ministério Público exige das autoridades medidas que coíbam as agressões aos rios
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014

MP promete agir diante de denúncias de agressões contra fontes de alguns dos principais rios de Minas. Na última reportagem da série, EM revela caminhos para preservação



No vale do Rio São Francisco, curso d'água nasce na Cachoeira Casca D'Anta, ponto turístico famoso na região

Mateus Parreiras (texto) e Leandro Couri (fotos) – Enviados Especiais – Estado de Minas

A degradação que seca mananciais e desabastece rios que brotam em Minas Gerais, denunciada pela série de reportagens "Ameaçados ao nascer", do Estado de Minas, mobilizou o Ministério Público, que promete exigir fiscalização do Poder Executivo e ações de prefeituras e concessionárias de saneamento. Como não há em prática leis específicas nem políticas sistemáticas sobre as nascentes que possam barrar também os efeitos de desmatamento, lançamento de esgoto, mineração e garimpos clandestinos, os promotores pretendem usar a Justiça e a polícia para coibir as agressões.

De acordo com a Coordenadoria Geral das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, as regionais que cuidam das bacias dos rios São Francisco, das Velhas, Maracujá, Doce, Piracicaba, Piranga, Jequitinhonha e Santo Antônio foram acionadas depois das denúncias de ameaças às nascentes feitas pelo Estado de Minas e deverão apontar quem são os responsáveis por promover a reconstituição de áreas devastadas e a conservação dos locais.

Contudo, a tarefa não é das mais fáceis. "A legislação que temos hoje é insuficiente para garantir a preservação das nascentes, embora nos dê instrumentos repressivos. Mas é preciso mais fiscalização. Onde os problemas forem identificados, vamos instaurar inquéritos", afirma o coordenador-geral das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, Carlos Eduardo Ferreira Pinto. "O problema mais grave hoje é o de lançamentos de esgotos. O saneamento tem sido negligenciado e faltam políticas públicas para esse setor", disse o representante do MP.

Segundo a Coordenadoria Regional de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e

CONT.



Mucuri do Ministério Público, a Polícia Militar de Meio Ambiente e fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) foram reiteradamente chamados a fazer operações no garimpo de Areinha, em Diamantina, que devasta o Rio Jequitinhonha. Mas o MP reclama de falta de empenho. Na região, prefeituras são investigadas por omissão nos lançamentos de esgotos que poluem o rio cada vez mais próximo à sua nascente. "O Jequitinhonha não pode ser garimpado ali, por força de lei estadual que o preserva. Temos tentado várias vezes acertar operações de fiscalização, mas o Estado não toma as medidas necessárias", disse o coordenador-regional, Felipe Faria de Oliveira.

A Semad sustenta tratar-se de situação delicada. "A região denominada Areinha é objeto de discussão de diversas organizações, federais e estaduais, devido à complexidade de fatores sociais e ambientais envolvidos. Sistema Estadual de Meio Ambiente, polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Exército, Ibama, Ministério Público estadual, federal e do Trabalho, assim como o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), buscam uma solução conjunta para a questão", informou, por meio de nota.

O Rio Jequitinhonha começa a ser poluído apenas 1.300 metros depois de suas águas brotarem nos chapadões do cerrado, quando precisa vencer a canalização do aterro da BR-259 e recebe resíduos gerados pela rodovia. Pouco mais de 10 quilômetros à frente, o esgoto do distrito de Pedro Lessa, no município de Serro, é levado pelo Córrego Acabassaco até o Jequitinhonha. A poluição do córrego está ajudando a matar os costumes e a cultura das comunidades quilombolas que se serviam de suas águas.

Segundo o coordenador-regional Felipe Faria de Oliveira, os lançamentos de esgotos que ameaçam o modo de vida de sociedades tradicionais ribeirinhas são uma situação recorrente. "Prefeituras e empresas concessionárias ao longo de toda a bacia têm negligenciado o tratamento de efluentes domésticos e industriais", afirma. No caso do Serro, uma investigação está sendo concluída. "Vamos procurar a administração municipal e pedir correções por meio de um termo de ajustamento de conduta (TAC). Se isso não for possível, o caminho será uma ação civil pública", disse o promotor.

Poluição revertida

Dinheiro de empresas que degradam as bacias hidrográficas mineiras tem contribuído para a recuperação, por meio do pagamento pelo uso da água. Desde 2010 os comitês de bacias hidrográficas e as agências de bacia têm definido ações de preservação custeadas com esses recursos. No Rio das Velhas, por exemplo, a verba chega a R\$ 9,5 milhões anuais. Segundo a agência da bacia, chamada Rede Peixe Vivo, foram pelo menos 28 projetos hidroambientais de proteção de nascentes urbanas e rurais, adequação de estradas vicinais, construção de barraginhas, entre outras iniciativas financiadas por essa fonte.

O Rio Doce, considerado em 2012 como o 10º mais poluído do Brasil, também se vale dessa verba para reagir. Os recursos recebidos desde 2011 financiam planos de saneamento doados aos municípios que lançam esgoto nos rios. Atualmente, dos 228 municípios da bacia localizados entre Minas Gerais e o Espírito Santo, 57 estão tocando seus projetos.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Mineroduto no norte de Minas é crime ambiental

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais se reuniu hoje em audiência pública para tratar do Decreto Estadual de numeração 30, que desapropriou terrenos em oito municípios do Norte de Minas para a construção do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo, da Empresa Sul-Americana de Metais S.A. – SAM. O requerimento de audiência pública foi apresentado pelo deputado Rogério Correia (PT).

Além do deputado Rogério Correia e outros parlamentares membros da comissão, estiveram presentes o Promotor do Ministério Público Dr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, a Defensora Pública Dra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, representantes da Sul-Americana de Metais, movimentos sociais e líderes comunitários das regiões afetadas pelo projeto.

Após a apresentação das justificativas para a construção do mineroduto feita pelos representantes da empresa SAM, o Projeto Vale do Rio Pardo recebeu diversas críticas dos presentes na discussão.

Ministério Público quer a suspeição do licenciamento ambiental

Uma das críticas mais graves surgiu do Ministério Público, que pediu a suspeição do licenciamento ambiental do projeto, através de um inquérito civil público que irá investigar a legalidade da implantação do mineroduto. Segundo o promotor Carlos Eduardo, o inquérito está em fase de apuração, mas muitas questões já foram levantadas. Uma delas seria o fato de o licenciamento ambiental do projeto ter sido realizado em nível federal, o que suprime a participação do Estado de Minas Gerais na análise dos impactos do empreendimento – um procedimento que, por não ser usual, é alvo de suspeitas. “A licença deveria ser feita em âmbito estadual, de forma que a sociedade desses municípios pudesse participar dessa tomada de decisão tão importante e impactante para a vida deles”, afirmou Carlos Eduardo.

Outro questionamento apresentado pelo Ministério Público se refere a uma possível ampliação na produção minerária do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo. A empresa SAM apresentou um plano de impactos para os próximos 25 anos, mas sem previsão de aumento da produção, o que levanta mais suspeitas sobre o licenciamento realizado.

O Promotor Carlos Eduardo cobrou do novo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dr. Alceu Marques, que realize uma avaliação ambiental integrada e estratégica para o setor da mineração.

Projeto de Resolução pedirá a revogação do Decreto Especial nº 30

Um Projeto de Resolução, de autoria do deputado Rogério Correia, será apresentado ao

CONT.



plenário da ALMG, pedindo a revogação do Decreto Estadual de numeração 30, que desapropriou terrenos para a implementação do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo. O PL atende uma solicitação do povo geraizeiro do Norte de Minas.

O pedido de revogação se baseia no artigo 68 da Constituição Federal, na Lei Estadual 21.147/2014 que instituiu a Política de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades e Povos Tradicionais do Estado de Minas Gerais, e na Lei Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. O decreto estadual viola artigos das três legislações no que diz respeito a direitos de comunidades e povos tradicionais, como a permanência em seus territórios, o acesso aos recursos naturais e o direito a um ambiente saudável.

O deputado Rogério Correia protocolou ainda um requerimento na Comissão das Águas da ALMG para que seja feita uma visita à região onde pretende-se implementar o mineroduto. Para o deputado, a questão da água é um dos grandes problemas do projeto. "Estudos ambientais da região mostram a possibilidade de um processo de desertificação nos próximos 30 anos. Fazer um licenciamento para utilização de água numa área como o semiárido mineiro é um crime ambiental", afirmou Rogério.

Movimentos sociais criticaram o projeto

Durante a audiência pública, representantes de diversos movimentos sociais ligados à questão ambiental criticaram o projeto da Sul-Americana de Metais. O militante do Movimento dos Atingidos por Barragens Binho lembrou a experiência de degradação ambiental sofrida pelo município de Viçosa a partir da implantação de um mineroduto da empresa Ferrous Resources do Brasil S.A. Ele reforçou a necessidade de um pedido de revogação do Decreto Estadual de numeração 30.

Alexandre Gonçalves, da Comissão Pastoral da Terra, expôs a situação da escassez de água do Norte de Minas. Segundo ele, a represa de Três Marias funciona hoje com somente 18% da sua capacidade de armazenamento. Na contramão da situação na região, a empresa Sul-Americana de Metais possui outorga para utilização de mais de 50 milhões de metros cúbicos de água por ano. Para efeito de comparação, a cidade de Montes Claros, com seus mais de 400 mil habitantes, consome anualmente cerca de 30 milhões de metros cúbicos de água.

O Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo

O mineroduto passará pelos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Salinas, Taiobeiras, Curral de Dentro, Berizal e Águas Vermelhas. O empreendimento para a passagem do mineroduto possui como sócios a Sul Americana de Metais (SAM), empresa do Grupo Votorantim criada em 2006, e a chinesa Honbridge Holding. Considerado o maior projeto de mineração no Norte de Minas, com investimentos previstos na ordem de US\$ 3 bilhões, esse mineroduto tem a extensão de 482 quilômetros para escoamento da produção de minério entre a usina de beneficiamento, em Grão Mogol, e um porto em Ilhéus, no Sul da Bahia.

Conforme relatório de impacto ambiental da empresa Sul Americana de Metais, de junho de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 66./ 2014

Brasília, 10 de abril de 2014.

2012, a água utilizada para a operação do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo terá como fonte o reservatório de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, onde a SAM já possui autorização da Agência Nacional de Águas – ANA, para o volume de 6.200 m³/h. Inaugurada pela Cemig em junho de 2006, a Usina Hidrelétrica de Irapé abrange, além dos municípios de Grão Mogol e Berilo, os municípios de Botumirim, Cristália, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado e Turmalina.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Carlos Alberto Dayrell.



Informe nº 1084: Grupo Bandeirantes é processado por incitar ódio contra povo Tupinambá

SÍTIO CIMI, 10.04.2014

Por Carolina Fasolo,
de Brasília

O Grupo Bandeirantes de Comunicação vai responder a uma ação judicial por ter veiculado, em rede nacional, duas reportagens com conteúdo discriminatório e informações distorcidas sobre os conflitos fundiários no sul da Bahia, responsabilizando caciques do povo Tupinambá de Olivença por toda a sorte de crimes, inclusive a morte de um agricultor, e acusando os indígenas de invadir fazendas, ameaçar e expulsar moradores.

O processo, de autoria da comunidade indígena Serra do Padeiro e do cacique Rosival Ferreira de Jesus, pede liminarmente o direito de resposta da comunidade Tupinambá às reportagens caluniosas, transmitidas pelo Jornal da Band e pelo sistema de radiodifusão do Grupo Bandeirantes com o intuito de incitar o ódio e a violência da sociedade contra o povo Tupinambá de Olivença, e para deslegitimar a luta dos indígenas pela demarcação de seu território, já reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como de ocupação tradicional.

A Funai publicou em 2009 o relatório circunstanciado, que delimitou a Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença em cerca de 47 mil hectares, abrangendo partes dos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus, sul da Bahia. Porém, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, desobedecendo aos prazos estabelecidos na legislação, ainda não assinou a portaria declaratória, que encaminha o processo demarcatório da TI para as etapas finais.

Sem tratar do contexto da demarcação da terra, o repórter Valteno de Oliveira declara: "Desde que a Funai resolveu criar a área para os índios a violência impera aqui na região. Um bando de caciques armados, liderados por Babau, o mais temido deles, faz o diabo". A reportagem, levianamente e com informações inventadas, pinta o cacique Babau, da aldeia Serra do Padeiro, como um criminoso foragido da Justiça. "O paradeiro de Rosival Ferreira de Jesus, o Babau, é desconhecido. Ele responde a oito processos, por estupro, ameaça e destruição do patrimônio público e agora é suspeito, junto com o cacique Cleildo, de ordenar a execução de Juraci (agricultor assassinado)".

"O Grupo Bandeirantes parece desconhecer ou evitar conhecer o massacre dos Tupinambá ao longo da história, para difundir histórias inventadas: escondendo o verdadeiro conflito e massacre na região, inclusive os mais recentes. Ademais, sem nenhuma prova associa indígenas e, em especial, os caciques, aos crimes mais esdrúxulos, e até mesmo ao crime de estupro, com vistas a incentivar o ódio social por este povo", consta na ação contra a emissora.

O povo Tupinambá de Olivença tem sofrido com um processo de violência e opressão desde os
CONT.



tempos de colonização. Histórico que as reportagens ignoraram sumariamente. Apenas nos últimos meses, além do agricultor, cinco indígenas foram assassinados dentro de sua terra. Três deles mortos em uma emboscada armada por pistoleiros. Em agosto de 2013, um ônibus que carregava estudantes indígenas foi atacado a tiros quando voltava para a aldeia. De agosto até janeiro de 2014, 28 casas no município de Buerarema – todas de moradores indígenas - foram incendiadas por grupos ligados aos invasores da terra Tupinambá.

Tropas da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal fixaram em 2013 uma base na área indígena, sendo substituídas pelo Exército Brasileiro em março de 2014. Os policiais perseguem, agridem moradores e ameaçam de morte o cacique Babau e seus familiares. Uma carta denúncia relatando as ações violentas da polícia foi encaminhada à 6ª Câmara do Ministério Público Federal e ao Ministério da Justiça.

Nenhum desses fatos foi noticiado. “Após todos esses anos, ao arrepio da história, o mesmo povo, que vem lutando para não ser dizimado, sofre perseguição midiática, sendo taxado de terrorista, criminoso, assassino e estuprador, como se nota das reportagens aqui questionadas. O judiciário não pode quedar-se inerte ante esse atentado aos direitos dos povos indígenas, muito menos ante as falsas informações injuriosas, caluniosas e de má fé do canal de televisão réu, numa tentativa de jogar a sociedade contra aqueles que foram acossados, perseguidos e mortos em função da gana de não-indígenas pela terra naquela região, historicamente habitada pelo Povo Tupinambá”, reitera a ação.

O Ministério Público Federal também deve intervir nas fases do processo judicial, protocolado na última sexta-feira (4) na Justiça Federal em São Paulo.



Quatro etnias indígenas participarão da 10ª edição dos Jogos Indígenas Pataxó
SÍTIO SUL BAHIA NEWS, 10.04.2014

De 16 a 20 de abril a aldeia indígena de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, será palco da 10ª Edição dos Jogos Indígenas Pataxó. Os jogos têm o objetivo de promover a integração cultural e esportiva de todas as comunidades indígenas da região.

Os jogos devem reunir cerca de 400 atletas de quatro etnias indígenas (Pataxó, Pataxó Hãhãhã, Tupinambá e Kiriri), para disputarem modalidades como arco e flecha, arremesso de Takape, Patiw Miwka'ay (luta corporal), Zarabatana, Corrida rústica, Corrida com Maraká (Chocalho), Cabo de guerra, canoagem, natação e Corrida com Tora.

Todas as modalidades são disputadas por homens e mulheres, durante os cinco dias de competição é possível aprender um pouco mais da cultura pataxó não só através das modalidades esportivas, mas também através do artesanato pataxó e das apresentações culturais realizadas nos intervalos dos jogos. Todas as modalidades serão disputadas na Praça do Cruzeiro, local onde foi rezada a 1ª missa do Brasil.

Uma novidade para esta edição dos jogos indígenas é a apresentação de novos elementos da cultura pataxó, através da dança e da música. "Estamos trabalhando com o resgate de nossa cultura e para esse ano preparamos apresentações culturais diferentes das que costumamos apresentar", disse Kelly Cristina, da comissão organizadora.

A 10ª edição dos Jogos Indígena Pataxó é uma realização da Associação Comunitária Indígena Pataxó, com o patrocínio da Veracel Celulose, da Superintendência do Desporto do Estado da Bahia (Sudesb), da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália e da Embasa, com o apoio da Pataxós Turismo e da Secretaria de Justiça do Estado da Bahia.

Mais informações: Kelly Cristina (9122-7289), Loro (9963-1411), Mero (9931-3260) e Domingos (9115-3307)



Jornalista é condenado por postagens racistas a indígenas na internet

SÍTIO CIMI, 10.04.2014

A Justiça Federal condenou o jornalista amapaense Igor Reale Alves por publicações de conteúdo racista em site de rede social. A sentença é resultado de ação ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em julho de 2013. De acordo com a decisão, Igor Reale Alves vai prestar serviços comunitários na Casa de Apoio à Saúde Indígena do Amapá (Casai) e pagar seis salários mínimos ao Conselho de Caciques de Oiapoque e à Associação dos Indígenas de Wajãpi.

No ano passado, o jornalista postou cinco mensagens racistas contra os índios Guarani-Kaiowá. Igor Reale se referiu à etnia com expressões de desprezo e incentivou suicídio coletivo. "O acusado proferiu várias mensagens (e não apenas uma) em rede social, praticando, induzindo e incitando a discriminação ou o preconceito de raça e etnia", destaca trecho da decisão.

Para o MPF, a obrigação de prestar serviço na Casai é pedagógica. "Talvez, nesse sentido, o réu possa ter contato com o diferente. E, quem sabe (...) a Justiça nesse caso possa fazer um grande bem à humanidade, um grande bem ao réu, que é ter contato com o diferente, ter contato com o indígena e ver o quanto sofre uma minoria nesse país", argumentou o procurador da República Camões Boaventura, durante audiência na Justiça Federal.

Para a Justiça Federal, "qualquer cidadão tem o direito de emitir opinião e formular críticas, desde que não atinja o campo delimitado do direito de outrem. O réu, homem adulto e jornalista formado, não pode alegar desconhecer o alcance que teriam suas palavras".

O procurador da República Felipe Moura Palha, que assina a ação, orienta: "É preciso pensar duas vezes antes de publicar alguma mensagem na rede social. Uma boa sugestão é imaginar se você diria aquilo em um palco diante de muitas pessoas. Se a resposta for negativa, desista da postagem".

Racismo - Conforme a Constituição Federal, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível. Para não propagar as ofensas à dignidade da etnia, as mensagens racistas não serão reproduzidas pelo MPF/AP.

A sentença se deu com base na Lei nº 7.716/89. Nela consta que serão punidos os crimes de discriminação ou preconceito contra raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Para a decisão, cabe recurso.



Adolescente indígena morre após ser atropelada na BR-463

SÍTIO MIDIAMAX, 10.04.2014

Tatiana Lemes

A adolescente indígena Joisi Isnarde da Silva, 13 anos, morreu ontem (9) no Hospital da Vida em Dourados. Ela era moradora da Aldeia Lima Campo, em Ponta Porã – a 346 quilômetros de Campo Grande.

Ela estava internada desde a manhã de domingo, quando foi atropelada na BR-463. Segundo a polícia, por volta das 11 horas de domingo, ela e uma amiga caminhavam próximo do Posto Capey quando foram atingidas por um veículo, que ainda não foi identificado.

A adolescente foi levada para Dourados, mas morreu na quarta-feira. A amiga sofreu vários ferimentos, mas está em estado estável e sem risco. A polícia investiga o caso.



Exposição Temporária na Casa do Artesão celebra o Dia do Índio

SÍTIO RONDA DO MS, 10.04.2014

A Fundação de Cultura do governo do Estado abre no dia 15 de abril (terça), às 17 horas, na Casa do Artesão, a Exposição Temporária "Artesanato Indígena de Mato Grosso do Sul", com peças e coloridos de todas as etnias indígenas do Estado.

Como justa homenagem, a Fundação de Cultura celebra o Dia do Índio com uma pequena amostra de sua cultura. As matérias-primas e a inspiração do artesanato indígena vêm da natureza. O resultado são peças belíssimas, com o perfil sul-mato-grossense.

Com a segunda maior população indígena do Brasil, de mais de 70 mil cidadãos, Mato Grosso do Sul abriga as etnias Atikum, Terena, Nadeva, Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinawa, Guató, Ofaié e Kamba. Cada uma delas resguarda grande parte de seu sistema de significados e valores, produzindo artesanato de espírito coletivo e enriquecendo nossa cultura.

A mostra "Artesanato Indígena de Mato Grosso do Sul" permanece aberta até 17 de maio e pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas e aos sábados, das 8 às 12 horas. A Casa do Artesão fica na rua Calógeras, 2050, no Centro de Campo Grande. A entrada é franca.

A exposição faz parte do projeto Exposições Temporárias da Casa do Artesão e conta com o apoio das entidades Artems, Sinart, API, Fenart/MS, Proart/MS, Uneart e Incubadora Zé Pereira. Outras informações podem ser obtidas na Gerência de Desenvolvimento de Atividades Artesanais, pelos telefones 3316-9107 ou 3316-9152.



O Genocídio Indígena e o Golpe da Indignação Seletiva

SÍTIO DESACATO, 10.04.2014

Ditadura, nunca mais. Mas entre o repúdio ao golpe e as patéticas manifestações saudosistas, não há só poços intransponíveis. Muita pinguela foi construída ao longo de 500 anos de opressão física e cultural das gentes da terra e daquelas trazidas à força da África. Algumas dessas pontes continuam sendo reformadas, em nome de um futuro que já deu o que tinha que dar.

Por Beto Vianna.

O país do futuro

Encantado com as possibilidades do Brasil, o austríaco Stefen Zweig escreve que o destino do país é a prosperidade. Não só pela vastidão de seus recursos, mas pelo motor aglutinante do variegado povo brasileiro, um amálgama de raças em construção. Para Zweig, "verifica-se que todas essas raças (...) porfiam apenas no empenho de anular as diversidades de outrora, a fim de o mais depressa e o mais completamente se tornarem brasileiras, constituindo nação nova e homogênea". Além da integração afetiva, Zweig nos vê conjumar esforços produtivos e geográficos. Foi assim no ciclo da borracha, em que "começa então, de modo semelhante ao que ocorreu por ocasião do descobrimento do ouro em Minas Gerais, um súbito boom nas florestas virgens do Amazonas, até então só habitadas por mosquitos e outros bichos".

Outros bichos, realmente. Foi preciso quatro décadas, e uma ditadura no meio, para o futuro mostrar que infelizmente Zweig estava certo.

Passado nunca mais

vitrola

Em entrevista para o Carta Capital, um membro da Comissão Nacional da Verdade (investigadora dos debaixo-do-pano da ditadura) relata que recebeu o seguinte questionamento de um blog indígena: "por que vocês só tratam de mortos e desaparecidos não indígenas?". "Para nós, foi uma porrada, uma surpresa", diz o entrevistado. A conversa com os índios acabou desaguando em pesquisa específica: "Povos indígenas e ditadura militar – subsídios para a CNV (1946-1988)", que vem sendo bem divulgada na mídia. Dito isso, interessa-me aqui mexer na causa dessa surpresa, pois o inusitado do questionamento não tem a ver com alguma santa inocência da CNV, mas com o hábito documental e discursivo de todos aqueles que sempre nos lembramos – e repudiamos – o golpe militar, em todas as suas manifestações.

Nossos ícones da resistência à ditadura são, primeiro, urbanos: Herzog enforcado na cela, o exército na rua, a polícia carregando contra os manifestantes, a guerrilha, Lamarca,

CONT.



companheiros trocados por embaixadores, operários, estudantes. No campo, mais estudantes, o Araguaia, Julião, as ligas camponesas, Lamarca de novo. No cinema, de "Cabra marcado pra morrer" a "O que é isso, companheiro?", os dois universos preenchem totalmente as telas. Finalmente, convivemos, desde "Brasil nunca mais", a anistia e a abertura política, com as listas e as fotos de mortos e desaparecidos da ditadura. Todos não índios (ou não quilombolas), como pontuou o blog à CNV.

Construindo o futuro I

Comissões no Senado e na Câmara, desde os anos 50, já apontavam irregularidades no SPI, o Serviço de Proteção ao Índio. Ainda antes do golpe, chegam à imprensa mundial revelações sobre o chamado "Massacre do paralelo 11", em Rondônia: 3.500 Cinta Larga trucidados a mando do seringalista Antônio Mascarenhas de Junqueira com a ajuda do SPI, especialmente seu chefe, o major Luiz Vinhas.

Com a crescente denúncia dos próprios índios e a pressão internacional, em 1967 o Ministério do Interior instala uma Comissão de Inquérito própria que produziu o documento mais horripilante que já li sobre a situação indígena no Brasil, o "relatório Figueiredo" (sobrenome do procurador que redigiu a peça; não confundir com o homônimo futuro ditador). Assassinato, estupro, escravidão, prostituição e tortura de índios, aliciamento dos próprios índios como capangas do esquema, e intensa corrupção no órgão, com subornos, enriquecimento pessoal dos altos funcionários e favorecimento de donos de terra e madeireiros, à custa não só do erário público, mas da fome e doença dos milhares de índios "protegidos" (àqueles que gostam de pregar gente em postes, posso enviar o relatório por email, com o nome completo dos vândalos envolvidos, muitos deles vivos e felizes até hoje).

Os militares agiram. Do jeito deles. Uma centena de funcionários indiciados por cerca de mil crimes, três dezenas demitidos, uns gatos pingados e presos. Fecharam o SPI e criaram o novo (e atual) órgão, a Funai. O procurador que assinou o relatório, Jader de Figueiredo Correia, morreu de conveniência: em um acidente de ônibus em 76. Consumido em um incêndio, o documento desapareceu para sempre. Por 45 anos, ao menos.

No mesmo ano de 1967, a salvo das selvas onde índios são trucidados, o ilustríssimo general Golbery do Couto e Silva publica "Geopolítica do Brasil". O raciocínio do General é impecável e suas metáforas, inebriantes. O Brasil possui um núcleo central, formado pelo eixo São Paulo, Rio e Belo Horizonte. Ligadas a esse centro pujante somam-se forças também produtivas, porém secundárias: as "penínsulas" do Nordeste e do Sul. Segue-se a península do Centro Oeste, articulada ao núcleo central, porém debilmente, e parca de gentes e de forças produtivas (e, portanto, objeto das ações de integração). Fechando o esquema quinário de Golbery, surge a "ilha" da Amazônia, território indomado, vazio de forças desenvolvedoras, o deserto verde. No organismo integrado vislumbrado por Golbery, a Amazônia é a parte doente, e onde se devem administrar as doses mais concentradas do remédio.

Há autores com ideias melhores e piores, e podemos amá-los ou deixá-los. Mas, no apagar das luzes, o importante é a qualidade dos seus leitores. Apenas três anos após o debut de "Geopolítica do Brasil", a ditadura militar, sob a batuta de Médici, lança o Programa de

CONT.



Integração Nacional (o PIN), através do decreto-lei nº 1106 de 16 de julho de 1970. Lê-se, em seu artigo segundo, que a primeira etapa do PIN seria a construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, sendo “reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica”.

A Transamazônica, BR-230, percorre 4.000 km da Paraíba ao Amazonas, atendendo o princípio golberysiano de ligar a península nordestina à ilha despovoada. A longitudinal Cuiabá-Santarém, BR-163, 3.500 km de extensão, integra a península Sul à ilha amazônica, percorrendo toda a península Centro Oeste. O setor de desenvolvimento & integração da ditadura promoveu a partir de 1973 a construção de outros gigantes viários, integrados ao mesmo destino manifesto e projetados para cortar a Ilha Amazônica: transversalmente, a Perimetral Norte, BR-210, do Amapá à fronteira oeste, e longitudinalmente, a Manaus-Porto Velho, BR-319, ligando as duas cidades do deserto verde, e a BR-174, ligando Manaus à Venezuela.

Cada um desses braços viários se multiplicou em outros tantos tentáculos que envolveram os povos ao longo da trilha do desenvolvimento. O planejamento oficial, sozinho, foi responsável pela maior parte dos resultados genocidas: a abertura das estradas (com a presença das empresas e empregados em terra indígena), as frentes de expansão, os contatos forçados, as “guerras de pacificação”, o assentamento de colonos (com o apoio do Incra) e a ação da própria Funai, agora devidamente amansada e ocupada por agentes e funcionários militares de cima abaixo. A ponto do cacique e deputado Juruna (combatente tão ridicularizado pela própria esquerda, à exceção de Darcy e Brizola), referir-se ao órgão como a Fundação Nacional dos Coronéis. A reboque do oficial vem o ilegal e o colateral. Garimpos, criação de gado, mineradoras e madeireiras aproveitam a terra arrasada e a pacificação da gente brava para deitar e rolar (as próprias empresas construtoras desenvolveram atividades paralelas de extrativismo, sempre com a violência típica de quem pode exercê-la longe dos olhos da civilização). Novamente, assassinatos, escravidão, doença, fome e humilhação de povos inteiros, degradação de gente a passos largos no Norte e no Centro oeste do nosso pujante país.

Cumpria-se em vontade política um antigo ideal pátrio, a integração do Brasil, embalado nas metáforas accidental-geográficas do general Golbery. E, principalmente, com o carimbo dos militares, decretava-se oficialmente a tentativa de extermínio das comunidades indígenas espalhadas ao longo dos caminhos visados pela engenharia da integração.

A geopolítica atual das terras indígenas, em que áreas antes preservadas do contato genocida ainda existiam no país, foi obra e criação – um legado – da ditadura. Como todos nós sempre sonhamos, esse era um país que ia pra frente.

Construindo o futuro III

A BR-210 caiu sobre os yanomamis como a chuva bíblica de enxofre. Só no processo de construção da estrada morreram dezenas de índios, e os sobreviventes viraram mendigos de

CONT.



beira de estrada. Entre 1973 e 1975, 20% da população de quatro aldeias no vale do rio Ajarani é dizimada, e em outras quatro aldeias, só em 1978, o sarampo trazido pela estrada matou metade dos yanomamis. Com ou sem AI-5, líderes Yanomami já vinham denunciando, desde essa época, esse estado de coisas. A condição "binacional" do povo Yanomami, em território brasileiro e venezuelano, já provocou muita paranoia dos militares, com respingos de loucura até hoje, na literatura e na mídia. Recentemente, a revista Veja, teóricos do exército, jornalistas alucinados e outros próceres, argumentarem que, de fato, o povo Yanomami "não existe" (vasculhe na mídia; se relevar o trágico, você vai rir muito).

A Transamazônica também tem história pra contar. Através de duas ações civis públicas, o Ministério Público Federal no Amazonas vem desvendando a ação integradora e desenvolvimentista da ditadura (consubstanciada na construção dessa rodovia e da BR-174): diretamente responsável pelo genocídio de dois mil Waimiri, impacto desastroso na população Tenharim, e chegando bem perto da total dizimação dos Jiahui. Novamente, é bom frisar que desde a vigência do governo militar há denúncias do massacre. Os militares atuaram em ataques diretos à aldeia dos waimiris, com mortes e violação dos direitos humanos. Repetindo: humanos. Antes da construção da BR-174, havia cerca de três mil índios, reduzidos a cerca de 300 na década de 80.

Nem é preciso lembrar o quanto somos (nós e os militares?) inocentes úteis ao sonhar um Brasil unido e desenvolvido. Na década de 70, descobre-se que há cassiterita na terra do Waimiri. Nos anos 80, a empresa Parapanema (note: a construtora da estrada) interessa-se pelo minério. Numa articulação da Funai e do Ministério das Minas e Energia, extingue-se a reserva indígena, transformada em "Área Interditada Temporariamente para Fins de Atração e Pacificação dos Índios Waimiri", excluindo a região onde se encontravam as jazidas! Como se não bastasse, logo em seguida é construída pela Eletronorte a usina hidrelétrica de Balbina, cujo lago inundou 30 mil hectares na mesma área indígena.

Ao lado da Transamazônica, as rodovias Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho, atravessando as áreas de maior diversidade étnica do Brasil – os vale do Guaporé, do Madeira, do Tapajós e do Alto Xingu – foram um desastre, planejado e executado, para inúmeros povos que tinham a infelicidade de viver no percurso de desenvolvimento. Os parakanãs passaram duas décadas migrando, fugindo ou enfrentando as frentes de expansão, com a população reduzida ou em processo de inculturação progressiva e perda de identidade (o que, como já nos tentou ensinar Darcy Ribeiro, mata tanto ou mais que bala, doença ou fome). Conta-nos o antropólogo Carlos Fausto que a Funai, "tendo militares em seus postos de chefia, abandonou a postura estática do SPI no Tocantins e partiu para a guerra de pacificação, através de quatro frentes de penetração para contatar os parakanãs em seu território". Os missionários evangelizadores, que já agiam desde o início do século XX, aproveitaram a fragilidade indígena da época para avançar mortalmente sobre a língua e a cultura dos povos amazônicos e xinguanos, talvez mal interpretando o significado de "amor" no Evangelho.

Os Nambikwara, famosos por terem sido estudados por Lévi-Strauss, também foram evangelizados – ou desindiados – durante todo o século XX, e também sofreram o credo da ditadura. Logo após a demarcação da reserva Nambikwara, em 68, a recém-criada Funai emitiu certidões negativas no vale do Guaporé atestando que não havia índios na região, e as

CONT.



terras (as mais ricas da reserva) foram vendidas a empresas agro-pastoris, beneficiadas pelos recursos federais da Sudam. Conflito anunciado, planejado e oficializado.

Em Rondônia, os Suruí sofreram a pacificação e a distribuição (oficial) pelo Incra de lotes em suas terras. Em 10 anos, dois terços desses índios simplesmente desapareceram. No sul do estado, com a abertura da gleba Corumbiara pelo Incra, vários índios isolados foram avistados pelas frentes de trabalho. O Incra omitiu esses dados e loteou as áreas para os colonos assim mesmo, ocasionando, como era de se esperar, um quadro de enorme violência e morte contra os povos da região. Trabalho sujo da ditadura, providencialmente realizado por terceiros.

Sobreviventes do genocídio, os últimos cinco Akuntsu vivem na região do Omerê, em Rondônia. Os Juma também são cinco, após a expansão das frentes extrativistas. Os Kanoê são uma centena, mas a grande maioria vive arrancada de sua própria cultura. Na região do Omerê vive uma família de apenas quatro pessoas, que mantém o modo de vida e a língua kanoê, e é testemunha do genocídio de seu povo. E a lista segue. O número de povos de Rondônia trucidados pela ditadura é infinito, enquanto dure.

Grupo de índios Kapixaná no Rio Pimenta Bueno.

Abaixo as ditaduras

Carlos Fausto nos diz que, em parakanã, a palavra para pacificar é mo'ying, que também quer dizer cativar, seduzir, e é o termo que usam para o rapto de mulheres estrangeiras: as transformações que sofre o pacificado em direção aos desejos do pacificador.

As guerras de pacificação no Brasil colônia, em uma terra então povoada basicamente por índios e seus filhos caboclos, o massacre dos Cinta Larga pelo consórcio (ilegal) entre madeireiros, donos de terra e o SPI, e tantas outras histórias de genocídio ao longo de nossos 500 anos de história, ganham, com o advento da Revolução Gloriosa de 1964, o caráter de cumprimento oficial de um desejo nacional. Se não de ordem, definitivamente de progresso. Pacificar, povoar e desenvolver o deserto verde, só habitado por "mosquitos e outros bichos" como tão vivamente sugere Stefen Zweig.

No regime militar, a luta indígena pela terra e pelo modo de vida tinha nome, endereço e CPF. Bem como ainda hoje tem nome, endereço e CPF. Pensar nessa luta como algo distinto de um enfrentamento político é assumir um entendimento muito estreito do que seja político. É negar o direito que cada povo tem de viver do modo que vive, e isso contradiz nossa luta legítima pelos direitos – também negados pela ditadura –, de uma totalidade amorfa, pois que nunca foi unitária: o povo brasileiro.

Uma das premissas de relembrar o golpe de 1964 é cuidar para que isso não se repita. As violações dos direitos dos povos indígenas prosseguem, muitas com clara chancela oficial. Precisamos decidir o ponto em que nosso desejo de um Brasil desenvolvido difere daquele dos generais da ditadura. E se nossa justa indignação precisa ser assim tão seletiva.

Fonte: Revista Pittacos



MPF pede suspensão de reintegração de posse em terra indígena

SÍTIO RADAR NOTÍCIAS, 10.04.2014

O Ministério Público Federal (MPF) enviou sete petições à Justiça em que pede suspensão imediata da reintegração de posse de 16 fazendas no sul da Bahia. A região é tradicionalmente ocupada por índios Tupinambás.

Com os requerimentos, remetidos em caráter de urgência para análise do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, o MPF espera manter os indígenas nas terras e evitar o agravamento de conflitos no local. A área já é reconhecida e delimitada pela Funai. Mesmo assim, a Justiça Federal na Bahia concedeu pedido de reintegração para os fazendeiros.

Para a autora das petições, procuradora regional da República Eliana Torelly, a retirada dos Tupinambás causa grave lesão à ordem e à segurança públicas. "A retirada dos indígenas das terras à força, nesse momento, contribuirá, como visto, para o aumento da tensão e do conflito fundiário", alertou.

Ela ressalta que a pretensão do Ministério Público Federal não é legitimar a invasão desmedida e despropositada de terras pelos indígenas, mas sim pacificar a situação conflituosa, que atingiu níveis alarmantes. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal teve entendimento semelhante, ao suspender seis liminares de reintegração de posse na Terra Indígena Tupinambá, a pedido da Procuradoria-Geral da República.

Informações: Bahia Notícias